

GRUPO energisa120

João Pessoa, 18 de março de 2025 – A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Paraíba”, “EPB” ou “Companhia”) apresenta resultados do quarto trimestre (4T24) e exercício de 2024. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



(1) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

(2) Não considera pequenas áreas onde a Cia atende apenas alguns clientes e não o município como um todo, como é o caso de Orobó - PE e Pedras de Fogo - PB.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões						
Receita operacional líquida	948,1	802,2	+18,2	3.415,0	2.828,3	+20,7
Receita operacional líquida, sem receita de construção (1)	815,8	702,8	+16,1	2.968,1	2.495,5	+18,9
Margem bruta	311,9	301,5	+3,5	1.243,1	1.093,6	+13,7
Margem bruta ajustada (2)	287,9	287,4	+0,2	1.165,5	1.037,7	+12,3
EBITDA ajustado recorrente (3)	205,1	185,4	+10,7	767,4	639,8	+19,9
Resultado financeiro	(22,6)	(13,6)	+65,9	(79,9)	(74,5)	+7,2
Lucro líquido ajustado recorrente (4)	113,3	132,4	-14,4	460,3	400,9	+14,8
Indicadores Operacionais Consolidados						
Número de consumidores cativos (mil)	1.865,7	1.814,5	+2,8	1.865,7	1.814,5	+2,8
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) (5)	1.249,2	1.188,6	+5,1	4.822,0	4.529,2	+6,5
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) (5)	1.578,3	1.479,6	+6,7	6.077,0	5.607,3	+8,4
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado recorrente / Receita líquida (%)	21,6	23,1	-1,5 p.p.	22,5	22,6	-0,1 p.p.
Indicadores financeiros - R\$ milhões						
	31/12/2024			31/12/2023		
Ativo total	4.475,1			4.020,1		
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	440,6			344,9		
Patrimônio líquido	1.668,5			1.451,6		
Endividamento líquido	1.444,3			1.289,5		

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura. (2) Margem bruta ajustada expurga o efeito do VNR. (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR e os demais efeitos não recorrentes. (5) Os dados são passíveis de contabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. RECEITA OPERACIONAL

No 4T24, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, mostrou aumento de 16,1% (R\$ 113,1 milhões) totalizando R\$ 815,8 milhões. A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	883,4	783,0	+12,8	3.341,0	2.879,0	+16,1
Residencial	524,7	451,1	+16,3	1.994,3	1.629,1	+22,4
Industrial	28,5	30,4	-6,4	117,4	124,2	-5,4
Comercial	156,9	147,5	+6,3	618,5	550,9	+12,3
Rural	57,5	52,5	+9,5	185,3	172,3	+7,6
Outras classes	115,9	101,5	+14,2	425,5	402,5	+5,7
(+) Suprimento de energia elétrica	34,2	4,1	+739,1	101,0	21,1	+379,9
(+) Fornecimento não faturado líquido	27,4	25,5	+7,8	17,7	13,6	+30,7
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	61,2	48,4	+26,6	223,8	190,6	+17,4
(+) Receita de construção de infraestrutura	132,2	99,5	+32,9	446,9	332,8	+34,3
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	22,7	38,6	-41,3	186,6	98,0	+90,4
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	88,7	72,8	+21,8	302,0	258,9	+16,7
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	24,0	14,0	+71,1	77,6	55,8	+39,0
(+) Outras receitas	6,9	6,8	+2,1	26,4	27,5	-3,9
(=) Receita operacional bruta	1.280,8	1.092,6	+17,2	4.723,2	3.877,1	+21,8
(-) Impostos sobre vendas	273,9	223,6	+22,5	1.027,9	809,1	+27,0
(-) Impostos setoriais	58,8	66,7	-11,9	280,3	239,8	+16,9
(=) Receita operacional líquida	948,1	802,2	+18,2	3.415,0	2.828,3	+20,7
(-) Receita de construção de infraestrutura	132,2	99,5	+32,9	446,9	332,8	+34,3
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	815,8	702,8	+16,1	2.968,1	2.495,5	+18,9

3.2. Margem bruta
No 4T24, a margem bruta alcançou R\$ 311,9 milhões, 3,5% maior do que o mesmo período do ano anterior. Já a margem bruta ajustada foi de R\$ 316,4 milhões, aumento de R\$ 29,0 milhões (+10,1%) em relação ao 4T23.

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita operacional líquida	948,1	802,2	+18,2	3.415,0	2.828,3	+20,7
(-) Custo de construção de infraestrutura	132,2	99,5	+32,9	446,9	332,8	+34,3
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção da infraestrutura)	815,8	702,8	+16,1	2.968,1	2.495,5	+18,9
(+) Custos e despesas não controláveis	504,0	401,3	+25,6	1.725,0	1.401,9	+23,0
Energia elétrica comprada para revenda	434,0	324,0	+33,9	1.427,0	1.122,2	+27,2
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	69,9	77,3	-9,5	298,0	279,7	+6,5
(=) Margem bruta	311,9	301,5	+3,5	1.243,1	1.093,6	+13,7
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	24,0	14,0	+71,1	77,6	55,8	+39,0
(+) Provisão de efeitos de geração distribuída	28,5	-	-	28,5	-	-
(=) Margem bruta ajustada	316,4	287,4	+10,1	1.194,0	1.037,7	+15,1

No comparativo entre os trimestres, o aumento da receita líquida e da margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Na rubrica de receita de energia elétrica, o aumento de 12,8%, equivalente a R\$ 100,4 milhões, pode ser explicado pelo mercado cativo que cresceu 5,1% quando comparado com o 4T23, principalmente pelo consumo comercial e rural e pelo impacto tarifário decorrente do acionamento da bandeira vermelha – patamar 2 em outubro e a bandeira amarela em novembro de 2024, contribuindo positivamente para as tarifas no trimestre. Além disso, houve o efeito da tarifa média em +5,9% devido ao reajuste tarifário em agosto de 2023. Adicionalmente, parte do faturamento do mercado cativo referente à GD 2 e GD 3 é recebida pelas distribuidoras via CDE, impactando a linha de subvenções.
- (ii) Na linha de disponibilidade do sistema elétrico, o aumento de 26,6%, é motivado pelo bom desempenho do mercado livre que cresceu 9,2% no comparativo entre os trimestres;
- (iii) Na linha de subvenções vinculadas aos serviços concedidos, o aumento de 21,8% refere-se, principalmente, ao crescimento nos subsídios tarifários com destaque para o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de geração distribuída no montante de R\$ 5,1 milhões e fontes incentivadas no montante de R\$ 7,5 milhão;

3.3. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo) somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) totalizaram 1.578 GWh, apresentando crescimento de 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo a maior taxa entre as 9 empresas do Grupo no 4T24. A alta só não foi maior porque o 4T23, o mercado havia registrado a maior alta em 13 anos (6,8%). O mercado da distribuidora cresceu nas principais classes de consumo, em especial a residencial (+9,6%), que direcionou 62% da alta devido ao clima quente, com 90% dos dias acima da média, evolução da renda. Vale destacar que o resultado do 4T23 já tinha sido expressivo (+6,8% - maior taxa em 13 anos), justamente motivado por temperaturas elevadas. A classe comercial (+6,8%), além da questão climática, também foi favorecida pela expansão no consumo de grandes varejistas ligados a distribuição de alimentos, call centers e serviço de saúde.

No acumulado de 2024, o mercado avançou 8,4%, registrando a maior taxa em 23 anos. Todas as classes avançaram, principalmente a residencial e comercial. A composição do mercado no último trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Residencial	735,2	672,0	+9,4	2.855,8	2.530,9	+12,8
Comercial	191,4	194,4	-1,5	778,7	754,3	+3,2
Industrial	32,5	42,5	-23,5	147,2	185,6	-20,7
Rural	104,5	98,5	+6,1	321,6	318,6	+0,9
Outros	185,7	181,3	+2,4	718,6	739,7	-2,8
1 Mercado Cativo	1.249,2	1.188,6	+5,1	4.822,0	4.529,2	+6,5
Residencial	-	-	-	-	-	-
Comercial	92,0	71,0	+29,6	324,6	254,8	+27,4
Industrial	192,5	179,0	+7,6	761,5	709,9	+7,3
Rural	0,9	0,7	+34,1	3,2	2,3	+41,4
Outros	43,6	40,3	+8,1	165,7	111,1	+49,1
2 Mercado (TUSD)	329,1	291,0	+13,1	1.255,0	1.078,1	+16,4
Residencial	735,2	672,0	+9,4	2.855,8	2.530,9	+12,8
Comercial	283,5	265,4	+6,8	1.103,3	1.009,2	+9,3
Industrial	225,0	221,4	+1,6	908,7	895,5	+1,5
Rural	105,4	99,2	+6,2	324,8	320,9	+1,2
Outros	229,3	221,6	+3,5	884,4	850,8	+3,9
Mercado Total (1+2)	1.578,3	1.479,6	+6,7	6.077,0	5.607,3	+8,4
Fornecimento não faturado	36,1	32,2	+12,2	13,5	30,3	-55,4
Cativo + TUSD + Fornecimento Não Faturado	1.614,4	1.511,8	+6,8	6.090,6	5.637,6	+8,0

Nota: Os dados são passíveis de contabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o trimestre com 1.865.697 unidades consumidoras cativas, número 2,8% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, e com 504 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado – <https://ri.energisa.com.br/divulgacoes-e-resultados/boletim-mensal/>

3.4. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A EPB encerrou o ano de 2024 com um índice de perda total de 12,20 pp, registrando uma redução de 0,06 ponto percentual em relação ao trimestre anterior e aumento de 0,12 pp em relação ao ano passado. Este aumento está majoritariamente na componente das perdas técnicas, em função de um volume maior de energia injetado na rede da distribuidora.

As perdas permaneceram abaixo do limite regulatório, evidenciando a eficácia da estratégia de gestão de combate às perdas adotada pela companhia.

Perdas Técnicas (%)	dez/23		dez/24		ANEEL
	set/24	ago/24	set/24	ago/24	
	8,22	8,31	8,37	3,78	3,95
				3,83	3,83
				12,00	12,26
					12,20
					12,32

3.5. Gestão da inadimplência

3.5.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)					
dez/24	dez/23	Variação em p. p.			
0,74	0,59	+0,15			

3.5.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)					
dez/24	dez/23	Variação em p. p.			
98,14	98,10	+0,04			

3.6. Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

A companhia manteve a tendência de melhoria contínua, alcançou o melhor resultado da série histórica para o DEC. O DEC registrou redução de 0,33 horas e o FEC 0,04 vezes e manteve-se no menor patamar histórico de 3,80 vezes, ambos abaixo do limite regulatório.

DEC (horas)		FEC (vezes)		Limite DEC	Limite FEC
dez/24	dez/23	dez/24	dez/23		
9,72	10,05	-3,3	3,76	3,80	-1,1
				13,17	7,54

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

A ANEEL, por meio do ofício 44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 e 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradualmente o percentual mínimo aceitável. A EPB já está cumprindo os percentuais previstos pelo regulador.

Demonstrações Financeiras 2024

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 09.095.183/0001-40

RESULTADOS 2024

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 651,7 milhões no 4T24, aumento de 19,1% (R\$ 104,5 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2023.

Os custos e despesas não controláveis, alcançaram R\$ 105,9 milhões no 4T24, aumento de 3,4% na comparação com o ano anterior, devido principalmente do reconhecimento do montante de R\$ 27,7 milhões de efeito não recorrente referente ao saldo líquido acumulado de energia não compensada e baixa de ativos referentes à geração distribuída na linha de energia elétrica comprada para revenda.

A partir do 1T24, o Grupo Energisa alterou a prática de provisão da PLR na linha de Pessoal e Benefícios Pós-Emprego, adotando um provisionamento mensal em vez do reconhecimento integral dos 12 meses em dezembro de cada ano. Como resultado dessa mudança, dos R\$ 16,4 milhões registrados no 4T23 referentes a PLR, R\$ 12,3 milhões são atribuídos ao PLR dos 9 primeiros meses de 2023 e R\$ 4,1 milhões referem-se de fato ao 4T23.

Assim, excluindo este efeito não-recorrente e não-caixa, o PMSO seria R\$ 82,2 milhões no 4T23, aumento de 18,9% na comparação com o mesmo período de 2024. A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	504,0	401,3	+25,6	1.725,0	1.401,9	+23,0
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	434,0	324,0	+33,9	1.427,0	1.122,2	+27,2
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	69,9	77,3	-9,5	298,0	279,7	+6,5
2 Custos e despesas controláveis	105,9	102,4	+3,4	411,1	376,6	+9,2
2.1 PMSO	97,8	94,5	+3,4	376,6	349,7	+7,7
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	39,5	41,9	-5,6	167,1		

culturais autênticas e a valorização da diversidade cultural em sua região. Busca não apenas incentivar a produção cultural e a preservação da memória, mas também impulsionar a economia criativa e mobilizar projetos e parcerias que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis. Para concretizar esses objetivos, conta com o apoio de suas organizações sociais: a Fundação Ormeo Junqueira Botelho e o Instituto Energisa, criados com o propósito de alavancar as potencialidades dos territórios onde atua por meio de iniciativas educacionais, culturais, sociais e esportivas. **Sustentabilidade na cadeia de fornecedores:** Em 2024, a Energisa direcionou suas iniciativas de sustentabilidade, principalmente, para a gestão de fornecedores, reforçando seu compromisso com as questões ambientais, sociais e de governança (ASG) e reconhecendo a crescente responsabilidade das empresas quanto às práticas sustentáveis de seus parceiros. Dentre as iniciativas, destaca-se a continuidade do Programa Sinergia, dedicado ao desenvolvimento dos fornecedores do grupo Energisa. O programa promove avaliações de gestão e a aplicação de práticas, regras e conceitos reconhecidos mundialmente, buscando aprimorar a gestão dos fornecedores de materiais e serviços. Além de mitigar riscos na cadeia de suprimentos, essa iniciativa fomenta uma cultura organizacional voltada para a melhoria contínua dos processos desses parceiros. A Energisa segue monitorando de perto seus fornecedores,

incentivando a melhoria contínua e substancial dos processos de fabricação em conformidade com os princípios ASG, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética do Grupo Energisa, visando estabelecer parcerias com fornecedores alinhados às melhores práticas do mercado. Além disso, o material orientativo utilizado nas avaliações e no Programa de Desenvolvimento Assistido foi revisado, garantindo alinhamento com as diretrizes e recomendações ASG.

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

9.1 Bandeira tarifária

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2025, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

9.2 Prorrogação da Concessão

Em junho de 2024, foi publicado pela Presidência da República, o Decreto 12.068/2024, autorizando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica cujo prazo final dos contratos se extingue em

os anos de 2025 e 2031. Tal decreto define as principais diretrizes para os novos contratos de concessão. Em outubro de 2024, a ANEEL abriu período de consulta pública para coletar informações do setor para aprimoramentos da minuta do referido contrato. Em 25 de fevereiro de 2025, o processo foi concluído e os termos da prorrogação das concessões com a redação final dos contratos encaminhado para apreciação do Ministério de Minas e Energia. Após esta apreciação e definição dos termos contratuais, a concessionária terá 30 dias para apresentar para a ANEEL e Ministério de Minas e Energia os requerimentos das prorrogações. A Energisa Paraíba mantém o interesse na prorrogação da concessão.

9.3 Dividendos do exercício de 2024

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2025, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2024, no montante de R\$51.732 milhões, equivalentes a R\$49.386.863,14 por ação do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 21 de fevereiro de 2025, com base na posição acionária da Companhia em 20 de fevereiro de 2025. A Administração.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2024

(Em milhares de reais)

1 - Base de cálculo	2024			2023		
Receita líquida (RL)	3.415.007			2.828.324		
Resultado operacional (RO)	597.566			503.995		
Folha de pagamento bruta (FPB)	145.638			123.094		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	30.039	20,63%	0,88%	25.911	21,05%	0,92%
Encargos sociais compulsórios	19.553	13,43%	0,57%	16.794	13,64%	0,59%
Previdência privada	1.931	1,33%	0,06%	3.129	2,54%	0,11%
Saúde	1.382	0,95%	0,04%	8.533	6,93%	0,30%
Segurança e saúde no trabalho	7.976	5,48%	0,23%	2.349	1,91%	0,08%
Educação	178	0,12%	0,01%	172	0,14%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	563	0,39%	0,02%	843	0,68%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	525	0,36%	0,02%	938	0,76%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	25.890	17,78%	0,76%	15.315	12,44%	0,54%
Outros	7.049	4,84%	0,21%	6.720	5,46%	0,24%
Total - Indicadores sociais internos	95.086	65,31%	2,80%	80.704	65,55%	2,85%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	835	0,14%	0,02%	310	0,06%	0,01%
Cultura	1.858	0,31%	0,05%	1.217	0,24%	0,04%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	748	0,13%	0,02%	965	0,19%	0,03%
Total das contribuições para a sociedade	3.441	0,58%	0,09%	2.492	0,49%	0,08%
Tributos (excluídos encargos sociais)	929.822	155,60%	27,23%	1.271.272	252,24%	44,95%
Total - Indicadores sociais externos	933.263	156,18%	27,32%	1.273.764	252,73%	45,03%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	120.765	20,21%	3,54%	61.935	12,29%	2,19%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	6.508	1,09%	0,19%	6.354	1,26%	0,22%
Total dos investimentos em meio ambiente	127.273	21,30%	3,73%	68.289	13,55%	2,41%
Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2024	2023				
Nº de empregados(as) ao final do período	2.336	2.249				
Nº de admissões durante o período	405	159				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2.057	472				
Nº de estagiários(as)	56	55				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	326	318				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	350	334				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	24,10%	23,80%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.254	1.168				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	39,76%	35,71%				
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	110	115				

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024			Metas 2025		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	39,59			39,59		
Numero total de acidentes de trabalho	3			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizar e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizar e incentivará
Numero total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 340.074	no Procon 1.274	na Justiça 3.812	na empresa 340.074	no Procon 1.210	na Justiça 2.049
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,13%	no Procon 100%	na Justiça 44%	na empresa 98,70%	no Procon 100%	na Justiça 49%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2024: 2.152.547			Em 2023: 2.049.270		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	57% governo 6% colaboradores(as) 20% acionistas 10% terceiros 6% retido			63% governo 6% colaboradores(as) 13% acionistas 10% terceiros 8% retido		
7 - Outras informações	2024	2023				
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos	-	-				
7.1.1 - Investimento da União	-	-				
7.1.2 - Investimento do Estado	-	-				
7.1.3 - Investimento do Município	-	-				
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-	-				
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-	-				
7.2 - Programa de eficiência Energética	8.592	9.826				
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	3.680	373				
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	12.272	10.199				

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	81.391	77.152	Fornecedores	17	299.373	264.867
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	359.256	267.703	Encargos de dívidas	18	11.424	8.747
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	6	410.183	389.394	Empréstimos e financiamentos	18	84.558	251.357
Estoques	9	10.654	10.546	Debêntures	19	86.612	214.544
Tributos a Recuperar	7	88.188	256.298	Impostos e contribuições sociais	20	100.954	87.432
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	31	8.492	32.435	Encargos setoriais	22	25.745	39.472
Despesas antecipadas		10.232	8.649	Obrigações estimadas	17	17.479	15.899
Outros créditos	10	99.023	124.251	Passivos financeiros setoriais	9	267.728	252.518
Total do circulante		1.067.419	1.166.428	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	31	30.968	20.995
Não circulante				Contribuição de iluminação pública		19.512	17.822
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	-	-	Benefícios pós-emprego	32	1.872	600
Clientes, consumidores e concessionárias	6	52.176	81.676	Arrendamentos operacionais		1.656	195
Tributos a recuperar	7	307.690	188.066	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21	28.331	138.642
Créditos tributários	12	-	-	Outros passivos		70.598	31.877
Cauções e depósitos vinculados	23	53.371	47.883	Total do circulante		1.046.810	1.344.972
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	31	74.305	59.259	Não circulante			
Ativos financeiros setoriais	9	-	-	Fornecedores	17	17.508	15.313
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	1.867.549	1.505.830	Empréstimos e financiamentos	18	673.132	394.767
Outros créditos	10	30.134	2.415	Debêntures	19	775.458	547.896
Total do não circulante		2.385.225	1.885.129	Impostos e contribuições sociais	20	19.973	46.353
Ativo de contrato - infraestrutura em construção	14	150.841	131.726	Impostos e contribuições sociais diferido	12	67.515	36.803
Investimentos		287	202	Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais	23	15.072	16.774
Imobilizado	15	32.241	31.833	Encargos setoriais	22	19.119	16.925
Intangível	16	832.102	804.790	Passivos financeiros setoriais	9	44.911	70.953
Total do não circulante		3.407.696	2.853.680	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	31	41.656	1.929
Total do ativo		4.475.115	4.020.108	Benefícios pós-emprego	32	9.844	3.681
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				Arrendamentos operacionais		3.787	1.259
				Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21	16.184	3.166
				Outros contas a pagar		16.184	3.166
				Total do não circulante		1.759.804	1.223.536
				Patrimônio líquido			
				Capital social realizado	24.1	747.679	747.679
				Reservas de capital	24.2	111.714	111.687
				Reservas de lucros	24.3 a 24.5	769.096	512.968
				Reservas de lucros	24.6	51.741	84.796
				Outros resultados abrangentes	24.7	(11.729)	(5.535)
				Total do patrimônio líquido		1.668.501	1.451.599
				Total do passivo e patrimônio líquido		4.475.115	4.020.108
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	25	3.415.007	2.828.324
Custo do serviço de energia elétrica	26	(1.724.954)	(1.401.946)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	26	(818.178)	(668.887)
Lucro bruto		871.875	757.497
Despesas gerais e administrativas	26	(178.899)	(157.587)
Outras receitas	27	4.071	2.030
Outras despesas	27	(19.612)	(23.421)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		677.435	578.513
Receitas financeiras	28	144.912	122.310
Despesas financeiras	28	(224.781)	(196.828)
Despesas financeiras líquidas		(79.869)	(74.518)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		597.566	503.995
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(8.017)	(31.962)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(33.903)	(34.243)
Lucro líquido do exercício		555.646	437.790
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	29	530,70	431,32
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados abrangentes	Outros resultados	Total
		Capital social	Reserva de imobilizações	Reserva especial de ação	Outras reservas de capital	Legal	Retenção de lucros				



GRUPO energisa12

incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de débitos tributários - caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, no ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308, na qual a própria Receita Federal do Brasil - RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal (Ativo). Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, em dezembro de 2024, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre débitos tributários (relativos ao período de 2021 a 2023) caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

13. ATIVO FINANCEIRO INDELENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e ANEEL. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$77.608 (R\$55.849 em 2023). Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	2024	2023
Saldo inicial	1.505.830	1.141.491
Adições no exercício ⁽¹⁾	-	130.964
Adições no exercício ⁽²⁾	286.945	181.003
Recursos operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽³⁾	77.608	55.849
Saldo final	1.867.549	1.505.830

⁽¹⁾ Em 30 de abril de 2023 a Companhia incorporou a EBO; ⁽²⁾ Refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção; ⁽³⁾ Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Saldos em 2023	Adição	Transferências			Saldo em 2024
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽³⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção	159.736	479.799	(155.902)	(300.401)	(66)	183.166
Em construção	159.736	479.799	(155.902)	(300.401)	(66)	183.166
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	28.010	22.436	(4.665)	(13.456)	-	32.225
Em construção	28.010	22.436	(4.665)	(13.456)	-	32.225
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	131.726	457.363	(151.237)	(286.945)	(66)	150.841

	Saldo em 2022	Saldo de incorporação	Adição	Transferências			Saldo em 2023
				Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽³⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção	129.884	10.875	350.926	(143.855)	(188.094)	159.736	
Em construção	129.884	10.875	350.926	(143.855)	(188.094)	159.736	
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	22.485	2.106	20.072	(9.562)	(7.091)	28.010	
Em construção	22.485	2.106	20.072	(9.562)	(7.091)	28.010	
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	107.399	8.769	330.854	(134.293)	(181.003)	131.726	

⁽¹⁾ O montante de R\$151.237 (R\$134.293 em 2023) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão, enquanto o montante negativo de R\$66 foi reclassificado para o imobilizado; ⁽²⁾ O montante de R\$286.945 (R\$181.003 em 2023) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

15. IMOBILIZADO

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldo em 2023	Adição	Transferências ⁽¹⁾			Saldo em 2024
				Intangível - contrato de concessão ⁽²⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽³⁾	Outros ⁽⁴⁾	
Imobilizado em serviço							
Custo		6.386	-	731	-	-	7.117
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	6.386	-	731	-	-	7.117
Máquinas e equipamentos	14,02%	42.510	-	10.253	-	-	52.763
Veículos	14,29%	1.929	-	254	(255)	-	1.928
Móveis e utensílios	6,13%	14.968	-	262	-	-	15.230
Total do imobilizado em serviço		65.793		11.500	(255)		77.038
Depreciação acumulada							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(525)	-	-	-	(230)	(755)
Máquinas e equipamentos		(29.309)	-	-	-	(3.661)	(32.970)
Veículos		(331)	-	-	139	(264)	(456)
Móveis e utensílios		(12.236)	-	-	139	(534)	(12.631)
Total depreciação acumulada		(42.401)		139	(4.549)	(46.811)	
Subtotal imobilizado		23.392		11.500	(116)	(4.549)	30.227
Imobilizado em curso		8.441	4.904	-	-	-	13.345
Total do imobilizado		31.833	4.904	169	(116)	(4.549)	43.241

⁽¹⁾ Do montante de R\$169, R\$66 refere-se às transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção, enquanto o montante de R\$103 foi reclassificado do intangível - software.

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldo em 2022	Saldo de incorporação	Adição	Transferências			Saldo em 2023
					Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽³⁾	
Imobilizado em serviço								
Custo		4.615	-	-	1.771	-	-	6.386
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	4.615	-	-	1.771	-	-	6.386
Máquinas e equipamentos	13,97%	32.300	3.618	-	6.598	(6)	-	42.510
Veículos	14,29%	204	115	-	1.610	-	-	1.929
Móveis e utensílios	6,25%	14.120	510	-	338	-	-	14.968
Total do imobilizado em serviço		51.239	4.243		10.317	(6)		65.793
Depreciação acumulada								
Edificações, obras civis e benfeitorias		(324)	-	-	-	(201)	(525)	
Máquinas e equipamentos		(24.086)	(2.707)	-	-	(2.516)	(29.309)	
Veículos		(68)	(77)	-	-	(186)	(331)	
Móveis e utensílios		(11.458)	(393)	-	-	(385)	(12.236)	
Total depreciação acumulada		(35.936)	(3.177)			(3.288)	(42.401)	
Subtotal imobilizado		15.303	1.066		10.317	(6)	(3.288)	(42.401)
Imobilizado em curso		2.093	36	16.629	(10.317)	-	-	8.441
Total do imobilizado		17.396	1.102	16.629	(6)	(3.288)	31.833	

⁽¹⁾ Do montante de R\$169, R\$66 refere-se às transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção, enquanto o montante de R\$103 foi reclassificado do intangível - software.

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldo em 2022	Saldo de incorporação	Adição	Transferências			Saldo em 2023
					Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽³⁾	
Imobilizado em serviço								
Custo		4.615	-	-	1.771	-	-	6.386
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	4.615	-	-	1.771	-	-	6.386
Máquinas e equipamentos	13,97%	32.300	3.618	-	6.598	(6)	-	42.510
Veículos	14,29%	204	115	-	1.610	-	-	1.929
Móveis e utensílios	6,25%	14.120	510	-	338	-	-	14.968
Total do imobilizado em serviço		51.239	4.243		10.317	(6)		65.793
Depreciação acumulada								
Edificações, obras civis e benfeitorias		(324)	-	-	-	(201)	(525)	
Máquinas e equipamentos		(24.086)	(2.707)	-	-	(2.516)	(29.309)	
Veículos		(68)	(77)	-	-	(186)	(331)	
Móveis e utensílios		(11.458)	(393)	-	-	(385)	(12.236)	
Total depreciação acumulada		(35.936)	(3.177)			(3.288)	(42.401)	
Subtotal imobilizado		15.303	1.066		10.317	(6)	(3.288)	(42.401)
Imobilizado em curso		2.093	36	16.629	(10.317)	-	-	8.441
Total do imobilizado		17.396	1.102	16.629	(6)	(3.288)	31.833	

16. INTANGÍVEL

	2024	2023
Intangível - contrato de concessão	780.193	755.693
Intangível - direito de uso	4.469	1.189
Intangível - software	5.440	47.908
Total	839.102	804.790

16.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldo em 2023	Adições ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldo em 2024
Custo	4,18%	2.137.915	155.902	(25.629)	-	2.268.188
Amortização acumulada		(1.277.747)	-	22.173	(138.592)	(1.394.166)
Subtotal		860.168	155.902	(3.456)	(138.592)	874.022
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,83%	292.331	4.665	-	-	296.996
Amortização acumulada		(187.856)	-	-	(15.311)	(203.167)
Subtotal		104.475	4.665		(15.311)	93.829
Total do intangível - contrato de concessão		755.693	151.237	(3.456)	(123.281)	780.193

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldo em 2022	Saldo de incorporação	Adições ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldo em 2023
Custo	4,09%	1.800.098	209.534	143.855	(15.572)	-	2.137.915
Amortização acumulada		(1.033.585)	(135.901)	-	13.160	(121.421)	(1.277.747)
Subtotal		766.513	73.633	143.855	(2.412)	(121.421)	860.168
Obrigações vinculadas à concessão							
Custo	3,83%	223.280	59.489	9.562	-	-	292.331
Amortização acumulada		(123.999)	(49.618)	-	-	(14.239)	(187.856)
Subtotal		99.281	9.871	9.562		(14.239)	104.475
Total do intangível - contrato de concessão		667.232	63.762	134.293	(2.412)	(107.182)	755.693

⁽¹⁾ O montante de R\$151.237 (R\$134.293 em 2023) foi transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção - contrato de concessão; ⁽²⁾ As baixas no montante de R\$3.456 (R\$2.412 em 2023), referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais; ⁽³⁾ A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$2.916 (R\$2.225 em 2023).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispensou a obrigação de anuidade prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros resultarão à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,18% (4,09% em 2023). **Obrigações vinculadas à concessão:** O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas como segue:

	2024	2023
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	195.592	173.555
Participação da União, Estado e Municípios ⁽²⁾	241.879	241.879
Reserva para reversão ⁽³⁾	3	4
Recursos de ultrapassagem de demanda e energia reativa excedente	24.981	24.981
(-) Amortização acumulada	(203.167)	(187.856)
Total	259.288	252.163
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	133.134	119.678
Ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso	32.225	28.010
Intangível - contrato de concessão	93.829	104.475
Total	259.288	252.163

⁽¹⁾ As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética - PEE e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço. ⁽²⁾ Inclui a participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos; ⁽³⁾ A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do Fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

16.2. Intangível - direito de uso

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldo em 2023	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldo em 2024
Custo	13,46%	8.237	5.071	-	-	13.308
Amortização acumulada		(7.048)	-	-	(1.791)	(8.839)
Total do intangível - direito de uso		1.189	5.071		(1.791)	4.469

	Taxa Média de Amortização (%)	Sal
--	-------------------------------	-----

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2024	2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (1)	81.116	93.166
Encargos sociais	9.125	8.306
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.804	2.932
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.003	1.176
Contribuições ao PIS e a COFINS	20.340	23.600
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	4.244	3.213
Impostos sobre Serviços - ISS	720	732
Outros	575	660
Total	120.927	133.785
Circulante	100.954	87.432
Não circulante	19.973	46.353

(1) ICMS incidente sobre a TUSD; No exercício anterior, o saldo incluía o ICMS incidente nas faturas dos consumidores que estão amparados por liminares para o não recolhimento do ICMS sobre a TUSD. Durante o exercício de 2024, a Companhia, amparada na evolução do entendimento de seus assessores jurídicos de que esta não é parte no processo judicial entre esses consumidores e o governo do estado, revisou a contabilização baixando os valores contabilizados nesta rubrica no ativo contra o passivo não circulante no mesmo montante (vide nota explicativa nº 6).

21. EFEITOS DA REDUÇÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições. Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69) - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS", consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data. Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição. Em maio de 2019 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia. A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar no ativo de R\$148.654 (R\$289.795 em 2023) e do passivo de R\$83.976 (R\$206.089 em 2023), líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e de seus tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica. O art. 3º da referida Lei também prevê que a ANEL deve promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Para a destinação dos valores acima referidos, a ANEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB"). A destinação dar-se-á nos processos tarifários especiais, a partir do primeiro processo tarifário subsequente ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB"). A ANEL poderá determinar a antecipação da destinação do crédito (no processo tarifário) ao requerimento à RFB, desde que haja anuência da distribuidora de energia elétrica quanto ao valor a ser antecipado e seja a distribuidora de energia elétrica restituída da remuneração referente ao valor antecipado. A remuneração da antecipação será definida pela ANEL mediante revisão tarifária extraordinária com vistas a efetuar exclusivamente a destinação referente às decisões judiciais anteriores à entrada em vigor da nova Lei e aplicar-se às distribuidoras de energia elétrica cujos últimos processos tarifários tenham sido homologados a partir de janeiro de 2022. Os resumos dos impactos são como segue:

	2024	2023
Passivo	206.089	316.250
Saldo em 2023 e 2022	206.089	316.250
Saldo de Incorporação	-	57.101
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	11.232	24.934
Repassse de custos com honorários, consultoria e tributos (502)	(190.824)	(190.824)
(1) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores	(132.824)	(132.824)
Saldo em 2024 e 2023	83.976	206.089
Circulante	28.331	138.642
Não circulante	55.645	67.447

22. ENCARGOS SETORIAIS

	2024	2023
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.240	5.757
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT (1,2)	973	-
Ministério de Minas e Energia - MME (1,2)	486	-
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL (1)	1.052	4.511
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (1)	16.981	23.130
Programa de Eficiência Energética - PEE (1)	24.132	22.999
Total	44.864	56.397
Circulante	25.745	39.472
Não circulante	19.119	16.925

(1) O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC. A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modalidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 9 - Outros créditos - Ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão. Em 08 de dezembro de 2023, a Procuradoria Federal junto à ANEL (PF/ANEL), após seu entendimento no Parecer n. 00316/2023/PFANEL/PGE/AGU, estabelecendo a prorrogação até 31 de dezembro de 2025, dos percentuais mínimos de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), tanto para P&D como para PEE na oferta e no uso final da energia. Após a divulgação da Procuradoria da ANEL, a Companhia refez os cálculos anualmente de 0,50% para ambos os programas a partir de janeiro de 2023. Diante do exposto, temos valores a complementar para PEE e valores a serem compensados para P&D. (2) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo a receber, em decorrência do recálculo referente a alteração dos percentuais aplicados em PEE e P&D, conforme Parecer n. 00316/2023/PFANEL/PGE/AGU.

23. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS, FISCAIS, REGULATÓRIAS E AMBIENTAIS.

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista, civil, fiscal e ambiental. **23.1. Perdas prováveis:** Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	2024	2023
Saldo inicial em 2023 e 2022 - não circulante	714	16.033	21	6	16.774	23.742
Saldo de incorporação (EBO)	-	-	-	-	-	-
Provisões e reversões líquidas	669	7.395	(14)	-	8.050	8.177
Pagamentos realizados (289)	(9.550)	-	-	-	(9.839)	(15.046)
Atualização monetária	70	23	(6)	-	87	(1.199)
Saldo final em 2024 e 2023 - não circulante	1.164	13.901	1	6	15.072	16.774

A Companhia possui caucões e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$53.371 (R\$47.883 em 2023), estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados. **Trabalhista:** Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a discussão sobre verbas contratuais/legais e indenizações, propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados. **Cível:** As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento de energia elétrica; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenização por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa e (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento de energia elétrica; (viii) ligação nova e (viii) ações de regresso. **Fiscal:** As ações de natureza tributária referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) exigência de ICMS decorrente da perda de créditos na qual se questionam os débitos constituídos nos autos de infrações referentes ao exercício de janeiro de 2012 a dezembro de 2015. Tais débitos decorrem da glosa do crédito de ICMS de bens destinados ao ativo imobilizado, pois o Estado da Paraíba alega que a partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir que a concessionária escriturasse as novas aquisições no Ativo Intangível, que não concede o direito ao crédito de ICMS; (ii) exigência do IRPJ e CSLL decorrente da glosa de despesas; e (iii) glosa do crédito de PIS e COFINS e de despesas na apuração do IRPJ e CSLL relacionadas as perdas não técnicas de energia elétrica. **Principais Processos:**

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatória	2024	2023
Saldo inicial em 2023 e 2022	4.545	28.409	153.659	2.743	189.356	259.126
Saldo de incorporação (EBO)	-	-	-	-	-	43.314
Novos processos	50	5	3.187	-	3.242	7.109
Mudança de prognóstico e valor pedido (512)	(7.478)	14.676	(2.891)	3.795	(126.407)	-
Encerramento (54)	(6.009)	(17.851)	-	-	(23.914)	(19.930)
Atualização monetária	473	981	18.380	148	19.982	26.144
Saldo final em 2024 e 2023	4.502	15.908	172.051	192.461	189.356	259.126

Abaixo apresentamos a natureza e principais considerações sobre a natureza dos processos possíveis: **Trabalhista:** Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a discussão sobre verbas contratuais/ticket alimentação, propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados. **Cível:** As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento de energia elétrica; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenização por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa e (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento de energia elétrica; (viii) ligação nova e (viii) ações de regresso. **Fiscal:** As ações de natureza tributária referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) exigência de ICMS decorrente da perda de créditos na qual se questionam os débitos constituídos nos autos de infrações referentes ao exercício de janeiro de 2012 a dezembro de 2015. Tais débitos decorrem da glosa do crédito de ICMS de bens destinados ao ativo imobilizado, pois o Estado da Paraíba alega que a partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir que a concessionária escriturasse as novas aquisições no Ativo Intangível, que não concede o direito ao crédito de ICMS; (ii) exigência do IRPJ e CSLL decorrente da glosa de despesas; e (iii) glosa do crédito de PIS e COFINS e de despesas na apuração do IRPJ e CSLL relacionadas as perdas não técnicas de energia elétrica. **Principais Processos:**

Processo	Tipo da ação	Objeto	2024	2023
93300008.09.00002840/2021-87	Auto de Infração	Discute não recolhimento de ICMS sobre operações de fornecimento de energia elétrica, supostamente declaradas como isentas.	37.873	34.129
10480.729848/2019-31	Auto de Infração	Discute anulação de multa envolvendo discussão sobre impactos nas apurações de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL das perdas não técnicas.	37.070	33.405

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital Social: O capital social subscrito e integralizado é de R\$747.679 (R\$747.679 em 2023) está representado por 1.047.489 (1.047.489 em 2023) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 6.000.000 ações ordinárias, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão. **24.2. Reservas de Capital:**

	2024	2023
Reserva especial de ação (1)	94.078	94.078
Remuneração de imobilizações	2.457	2.457
Ações em tesouraria	467	467
Incentivos Fiscais - reinvestimento (2)	10.386	10.386
Programa de remuneração variável (IRPJ) (3)	4.326	4.299
Total	111.714	111.687

(1) Reserva especial de ação - constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, é apresentada o crédito fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia à medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem. O artigo 27 da Portaria 283, de 04 de julho de 2013, expedida pelo Ministério da Integração Nacional (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), prevê que as pessoas jurídicas enquadradas nos requisitos legais poderão depositar no Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) o total de 30% (trinta por cento) do valor do Imposto de Renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, para reinvestimento. Como a publicação da Lei nº 13.799, de 03 de janeiro de 2019, que alterou a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de

agosto de 2001, as empresas com projetos de reinvestimento do imposto de renda aprovados pela SUDENE, poderão pleitear até 50% (cinquenta por cento) dos valores depositados para investimento em capital de giro, desde que o percentual restante seja destinado à aquisição de máquinas e equipamentos novos que façam parte do processo produtivo, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023. Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados. A Companhia em cumprimento as exigências da legislação, efetuou a capitalização do saldo da reserva em 20 de maio de 2020. (2) Incentivos fiscais de Reinvestimentos - instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infra-estrutura e turismo o reinvestimento correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDENE à Companhia submetem-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDENE, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDENE, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação. (3) Programa de remuneração variável - ILP - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através da concessão de ações, denominada incentivo de longo prazo (ILP) (nota explicativa nº 11).

24.3. Reserva de lucros - reserva legal: Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei 6.404/76. **24.4. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$124.045 refere-se a reserva de retenção de lucros, com base no orçamento de capital, a ser aprovado pelo Conselho de Administração e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. **24.5. Reserva de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda/reinvestimento):** A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 629, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda). Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 0020/2020, Ofício SUDENE nº 1150/2020 de 25 de maio de 2020, que impõe algumas obrigações e restrições: O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas; O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE; O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada. A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda). Em 2024 a Companhia apurou R\$95.836 (R\$68.313 em 2023) de redução de imposto de renda e adicionais. Em 2024 foram apurados R\$8.465 (R\$1.591 em 2023) referente ao Incentivo fiscal de Reinvestimentos, correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de 50% de Recursos Próprios. **24.6. Dividendos:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários. A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	555.646	437.790
Complemento benefício fiscal	(9)	-
Reserva legal	(27.782)	(21.899)
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(104.301)	(69.904)
Lucro líquido ajustado	423.554	345.997
Dividendos obrigatórios (25%)	105.889	86.499
• Valores pagos em 02 de maio de 2023 - R\$20,411.96237699140 (*)	-	91.731
• Valores pagos em 26 de agosto de 2024 - R\$192,01633222879	-	-
(Valores pagos em 24 de agosto de 2023 - R\$87,500554191) por ação ordinária (*)	201.135	91.656
• Valores pagos em 30 de agosto de 2024 - R\$44,53 por ação ordinária (*)	46.642	-
• Valores pagos em 09 de novembro de 2023- R\$74,28583809 correspondentes a Juros sobre capital próprio por ação ordinária, imputados aos dividendos (**)	-	77.814
• Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$49,3686831461 (R\$80,9512870513 em 2023) por ação ordinária (**)	-	-
Total dos dividendos	51.732	34.996
% sobre o lucro líquido ajustado	71%	100%

(*) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 07 de agosto e 06 de setembro de 2024 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 31 de agosto de 2024, respectivamente. (**) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados diretamente no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do CPC 08 e serão pagos em data a ser definida em RCA. (**) Os juros sobre capital próprio aprovados pela Reunião de Conselho de Administração de 09 de novembro de 2023 foram calculados sobre a posição acionária da companhia em 09 de novembro de 2023 e foram imputados aos dividendos do exercício. A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa. **24.7. Outros resultados abrangentes:** Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquido de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. Segue movimentação nos exercícios:

	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022	(5.535)	(8.326)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(9.385)	4.229
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	3.191	(1.438)
Saldo em 2024 e 2023	(11.729)	(5.535)

25. RECEITA OPERACIONAL

	2024		2023	
	Nº de consumidores(*)	MWh	Nº de consumidores	MWh
Receita Bruta				
Residencial	1.614.394	2.814.150	1.994.275	1.553.641
Industrial	4.436	144.092	117.449	4.544
Comercial	115.360	749.246	618.482	115.882
Rural	109.265	317.596	185.296	118.429
Poder público:	20.127	340.441	246.045	19.385
Iluminação pública	857	263.536	118.318	999
Serviço público	1.411	107.217	61.172	1.287
Consumo próprio	305	5.811	-	309
Subtotal	1.866.155	4.742.089	3.341.037	1.814.474
Suprimento de energia a concessionária	1	362.544	101.046	-
Fornecimento não Faturado líquido	-	13.533	17.731	-
Disponibilidade do sistema de transmissão e distribuição	467	-	223.831	267
Receita de Construção da Infraestrutura (1)	-	-	446.944	-
Penalidades regulatórias	-	-	(11.321)	-
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	-	77.608
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	-	186.559
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	302.012	-
Outras receitas operacionais	-	-	37.718	-
Total - receita operacional bruta	1.866.623	5.118.166	4.723.165	1.814.743
Deduções da receita operacional				
ICMS				

GRUPO energisa 120

A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias, são como segue:

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	81.391	77.152
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	359.256	267.703
Consumidores e concessionárias	6	462.359	471.070
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	1.867.549	1.505.830
Instrumentos financeiros derivativos	31	82.797	91.694

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações. O montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 2024, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$1.653.096 (R\$1.426.593 em 2023), cerca de R\$415.928 (R\$213.525 em 2023) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº 18 e nº 19. Para os contratos suscetíveis às variações do dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o exercício de 2024 com aumento de 27,91% sobre 2023, cotado a R\$6,1923 / USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 2024 era de 14,51%, enquanto em 2023 foi de 9,87%. O balanço patrimonial da companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2024	2023
Ativo circulante	8.492	32.435
Ativo não circulante	74.305	59.259
	82.797	91.694
	3030	3030
Passivo circulante	30.968	20.995
Passivo não circulante	41.656	1.929
	72.624	22.924

Os saldos apresentados acima, não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos em 2024, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	(moeda estrangeira)	Ponta ativa	Custo financeiro (% a.a.)		Designação
			Ponta passiva	Vencimento	
Resolução 4131 – Scotiabank	3.849	USD + 6,31%	1,57%	09/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 – Bank of America	9.470	USD + 5,9176%	1,55%	27/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 – Santander	30.388	USD + 6,35%	1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 – Citibank	22.540	(SOFR + 0,93%) x 1,25%	1,25%	23/07/2026	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Vencimento	Designação
J.P. Morgan	4.035	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Bank of America	8.555	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
Bank of America	1.835	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
Itaú	49.924	IPCA + 5,11%	CDI + 0,25%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	54.634	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	63.000	IPCA + 6,0123%	CDI + 0,755%	15/01/2030	Fair Value Hedge
XP	122.364	IPCA + 6,1581%	CDI + 0,15%	15/04/2031	Fair Value Hedge
Bradesco	169.386	IPCA + 6,4045%	CDI + 0,44%	15/04/2039	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como "Fair Value Option", vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Operação	Valor de referência		Valor justo	
	2024	2023	2024	2023
Divida Designada para Fair Value Option	365.661	223.125	Moeda estrangeira - USD (415.944)	(213.502)
Swap cambial (Derivativo)	365.661	223.125	Moeda estrangeira - USD (381.994)	(227.917)
			Posição líquida Swap (33.950)	(14.415)
			Posição líquida dívida + Swap (381.994)	(227.917)
			Posição líquida dívida + Swap (431.490)	(212.176)

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Operação	Valor de referência		Valor justo	
	2024	2023	2024	2023
Divida (Objeto de Hedge) *	473.732	366.578	Taxa Pré-Fixada (407.713)	(295.361)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	473.732	366.578	Taxa Pré-Fixada (477.050)	462.795
			Taxa de Juros CDI (500.827)	(379.610)
			Posição líquida Swap (23.777)	83.185
			Posição líquida dívida + Swap (431.490)	(212.176)

* Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos em 2024 e em 2023 foram apurados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A Marcação a Mercado (MTM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MTM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras foram obtidas na BM&F. **Análise de Sensibilidade:** De acordo com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidência, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado: **(a) Variação Cambial:** Considerando a manutenção da exposição cambial de 2024, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Deterioração de 25%)		Cenário II (Deterioração de 50%)		Cenário III (Deterioração de 75%)	
			Provável ⁽¹⁾	de 25%	Provável ⁽¹⁾	de 50%	Provável ⁽¹⁾	de 75%
Divida moeda estrangeira	(365.661)		(311.488)	(401.930)	(492.372)			
Variação dívida	-		54.173	(36.269)	(126.712)			
Swap cambial	-		-	-	-			
Posição ativa		Alta						
Instrumentos financeiros derivativos - USD	415.944	USD	361.771	452.213	542.656			
Variação	-		(54.173)	36.269	126.712			
Posição passiva								
Instrumentos financeiros derivativos - taxa de juros CDI	(381.994)		(381.994)	(381.994)	(381.994)			
Variação	-		-	-	-			
Subtotal	33.950		(20.223)	70.219	160.661			
Total líquido	(331.711)		(331.711)	(331.711)	(331.711)			

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI e mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 2024, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$331.711 em ambos os casos. **(b) Variação das taxas de juros:** Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 2024, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Deterioração de 25%)		Cenário II (Deterioração de 50%)		Cenário III (Deterioração de 75%)	
			Provável ⁽¹⁾	de 25%	Provável ⁽¹⁾	de 50%	Provável ⁽¹⁾	de 75%
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(473.732)		(473.732)	(473.732)	(473.732)			
Swap de Juros	-		-	-	-			
Posição Ativa								
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	477.050		477.050	477.050	477.050			
Posição Passiva	-		-	-	-			
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI + TJLP	(500.827)	Alta	(500.827)	(606.710)	(741.500)			
Variação	-		-	(105.883)	(240.673)			
Subtotal	(23.777)		(23.777)	(129.660)	(264.450)			
Total líquido	(497.509)		(497.509)	(603.392)	(738.182)			

O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indenizações estabelecidas pela Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário II (Deterioração de 25%)		Cenário III (Deterioração de 50%)	
			Provável ⁽¹⁾	de 25%	Provável ⁽¹⁾	de 50%
Instrumentos financeiros ativos:						
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	359.256	Alta do CDI	53.888	67.360	80.832	
Instrumentos financeiros passivos:						
Swap	(381.994)	Alta CDI	(57.299)	(71.624)	(85.949)	
	(99.637)	Alta CDI	(14.946)	(18.683)	(22.419)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.045.394)	Alta IPCA	(50.493)	(63.116)	(75.740)	
	(92.137)	Alta INPC	(4.395)	(5.494)	(6.593)	
Subtotal ⁽²⁾	(1.619.162)		(127.133)	(158.917)	(190.701)	
Total ⁽³⁾	(1.259.906)		(73.245)	(91.557)	(109.869)	

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2025 (15,00% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2024, INPC 4,77% e IPCA 4,83%. ⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$33.934.

32. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

32.1. Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão e plano de saúde:

	Plano de Previdência			
	Plano de saúde	Contrato de Dívida	Plano CD	Total
Total	11.716	69.999	22.138	92.137
Circulante	1.872	6.243	2.041	8.244
Não Circulante	9.844	63.756	20.097	83.853

32.2. Plano de complementação de aposentadoria e pensão: A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida. A administração desses planos é realizada por meio da Energisparv - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia e suas controladas são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Funasa PO	BD	Fechado	25/02/1987	Assegura benefícios suplementares: • Aposentadoria por tempo de contribuição/idade; • Aposentadoria por invalidez; • Aposentadoria especial; • Abono anual; • Pensão e pecúlio por morte.
Plano Funasa PCD	CD	Fechado	19/12/2008	• Benefício programado; • Benefício de renda por invalidez; • Benefício de pensão por morte. • Abono anual.
Plano Funasa Saldado	BD	Fechado	19/12/2008	• Complementação de aposentadoria saldada por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria saldada especial; • Complementação de aposentadoria saldada por idade; • Complementação de aposentadoria saldada por invalidez; • Pensão saldada por morte e pecúlio saldado por morte; • Abono saldado anual.
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	• Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

No exercício, a despesa de patrocínio ao plano Energisa CD foi de R\$4.307 (R\$3.513 em 2023), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício. Em 2024 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$94 (R\$15 em 2023), valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. O custeio dos planos Funasa é realizado exclusivamente pela Patrocinadora. Os demais planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento. **Número de participantes/beneficiários:** Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Ativos	1.829	1.384
Autopatrocinados	6	5
Benefício Proporcional Diferido - BPD	24	11
Assistidos	232	253
Total	2.091	1.653

32.3. Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial: Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2021, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação: **a. Número de participantes/beneficiários:**

	2024		2023	
	FUNASA PO	FUNASA SALTADO	FUNASA PO	FUNASA SALTADO
Ativos	3	48	6	59
Assistidos	228	116	231	105
Beneficiários Pensionistas	175	6	172	6
Total	406	170	409	170

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial

	2024		2023	
	FUNASA PO	FUNASA SALTADO	FUNASA PO	FUNASA SALTADO
I – Premissas Biométricas				
Tábua de Mortalidade Geral ⁽¹⁾	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Tábua de Mortalidade de Invalídios ⁽¹⁾	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real

	2024		2023	
	FUNASA PO	FUNASA SALTADO	FUNASA PO	FUNASA SALTADO
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,85% a.a.	6,71% a.a.	5,75% a.a.	5,75% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	11,13% a.a.	10,97% a.a.	9,98% a.a.	9,98% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100% a.a.	Não Aplicável	100% a.a.	Não Aplicável
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,19% a.a.	Não Aplicável	2,19% a.a.	Não Aplicável
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário

⁽¹⁾ Tábuas específicas por sexo. As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia. Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo o CPC 33 (R1). O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários. As remunerações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **c. Conciliação da posição dos planos:** A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

	2024			2023		
	FUNASA PO	FUNASA SALTADO	TOTAL	FUNASA PO	FUNASA SALTADO	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2023 e 2022	58.913	50.108	109.021	59.735	47.034	106.769
Ganhos/(Perdas) dos ativos	2.273	(2671)	(398)	(3.398)		

>>>

GRUPO
energisa12

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 09.095.183/0001-40

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 18 de março de 2025

Márcio Mario Zidan Diretor Presidente	Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores
Fernando Cezar Maia Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística
Fábio Lancelotti Diretor Técnico e Comercial	Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas
Gioreli de Sousa Filho Diretor sem designação específica	
Rodolfo da Paixão Lima Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" PB	

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 18 de março de 2025

Márcio Mario Zidan Diretor Presidente	Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores
Fernando Cezar Maia Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística
Fábio Lancelotti Diretor Técnico e Comercial	Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas
Gioreli de Sousa Filho Diretor sem designação específica	
Rodolfo da Paixão Lima Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" PB	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho Presidente	
Ricardo Perez Botelho Vice-Presidente	Gabriel Alves Pereira Junior Conselheiro
DIRETORIA EXECUTIVA	
Márcio Mario Zidan Diretor Presidente	
Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores	Fernando Cezar Maia Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística	Fábio Lancelotti Diretor Técnico e Comercial
Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas	Gioreli de Sousa Filho Diretor sem designação específica
Rodolfo da Paixão Lima Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" PB	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede de energia:** Por que é um PAA: Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade da rede de energia por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistemáticos complexos que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização da quantidade de energia faturada deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo do faturamento e reconhecimento de energia elétrica; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurada pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede de energia estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais:** Por que é um PAA: Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios (doravante “provisão para riscos”),

cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e a elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso, em base amostral; (c) conciliação e verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; e (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao reconhecimento de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os respon-

sáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2025

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

energisa.com.br